

DOSSIÊ

A Integração Sul-Americana em Tempos de Cólera: Haverá Futuro para o Mercosul?

Leonardo Granato¹

Guilherme Bratz Uberti²

Katiele Rezer Menger³

O MERCOSUL E A BURGUESIA AGRÁRIA BRASILEIRA NO PERÍODO 2016-2020

MERCOSUR AND BRAZILIAN AGRARIAN BOURGEOISIE IN THE PERIOD 2016-2020



RESUMO:

O presente trabalho objetiva analisar os interesses da burguesia agrária brasileira em relação ao Mercosul, durante o período de 2016 a 2020. Para tanto, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo para identificar o posicionamento de três relevantes entidades representativas do setor sob análise em relação ao lugar do Mercosul na política externa brasileira, bem como em relação ao modelo de integração a ser adotado, em termos de regionalismo aberto ou multidimensional e de cunho autonomista. Dentre os resultados da pesquisa, ao se constatar uma narrativa contraditória de defesa do modelo de regionalismo aberto com proteção do Estado nacional, outras divergências de interesses ao interior da fração evidenciam as suas fragmentações e disputas.

Palavras-chave: Mercosul; Estado brasileiro; Burguesia interna; Fração agrária.

ABSTRACT:

This paper aims to analyze the interests of Brazilian agrarian bourgeoisie in relation to Mercosur from 2016 to 2020. For this purpose, we carried out a content analysis to identify the positioning of three relevant entities representing the sector. These positionings concerned Mercosur's place in Brazilian foreign policy and the integration model to be adopted, in terms of open regionalism or multidimensional and autonomous regionalism. The results show that there is a contradictory narrative of defense of the model of open regionalism with the protection of the national state, as other divergences of interests within the sector show its fragmentation and disputes.

Keywords: Mercosur; Brazilian state; Internal bourgeoisie; Agrarian fraction.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma análise dos interesses da burguesia agrária brasileira em relação ao Mercosul no período compreendido entre 2016 e 2020, que corresponde aos governos

de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Buscamos identificar, nos posicionamentos de destacadas entidades representativas da agropecuária no Brasil, como esta fração de classe, que compõe a burguesia interna brasileira, pautou a integração regional, mais especificamente o Mercosul, no referido período.

¹ Professor da Escola de Administração, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC-UFRGS/CNPq). leonardo.granato@ufrgs.br  <http://orcid.org/0000-0002-0337-7220>

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC-UFRGS/CNPq).

³ Mestranda, com bolsa da CAPES, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC-UFRGS/CNPq).

Partindo do arcabouço teórico desenvolvido por Nicos Poulantzas (2019), identificamos a integração regional como uma política de Estado, materializada ou cristalizada a partir de interesses econômicos contraditórios das classes dominantes e frações de classe em constante disputa. Para Poulantzas (2019), o Estado representa não diretamente os interesses econômicos das classes dominantes (exploração), mas os seus interesses políticos (dominação): ele é o centro de poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização da sua luta política, sendo poder a capacidade de uma classe social ou fração realizar seus interesses específicos.

Nesse sentido, a análise dos interesses econômicos da burguesia agrária perpassa sua identificação como fração da burguesia interna no Brasil, que disputa as políticas de Estado e tem demandas específicas. A burguesia de modo geral é uma classe heterogênea, e suas frações podem ser subdivididas em função da sua participação no ciclo de reprodução do capital (capital agrário, comercial, industrial etc.) ou pelas relações com o imperialismo (burguesia compradora, interna e nacional). Segundo o entendimento por nós adotado, a fração agrária compõe a grande burguesia interna brasileira a qual, segundo Boito Júnior e Berringer (2013), tem como grande ponto de unificação a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que ela empreende com o capital estrangeiro. No referencial teórico poulantziano, a burguesia interna é uma fração integrada à economia mundial de maneira subalterna e dependente, mas que, ao mesmo tempo, concorre e conflita com o capital externo quando este ameaça a sua sobrevivência (POULANTZAS, 1975, 1976; BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013; BERRINGER; FORLINI, 2018; GRANATO, 2020).

Em função da referida natureza e da atividade econômica que leva a cabo, resulta evidente que a burguesia agrária tem interesse na agenda de internacionalização da economia brasileira e desenvolvimento das cadeias produtivas, o que, por sua vez, está diretamente

relacionado com iniciativas de integração regional das que o Brasil faz parte, como é o caso do Mercosul. No intuito de fornecer subsídios, de modo geral, ao campo de discussão dos interesses da burguesia brasileira na política externa brasileira, busca-se investigar em que medida o processo de integração regional do Mercosul interessa à burguesia agrária brasileira. Assim, o objetivo do presente trabalho é o de analisar os interesses da referida fração da burguesia brasileira em relação ao bloco mercosulino no período de 2016 a 2020.

Nossa hipótese é que a fração agrária, como parte integrante da burguesia interna brasileira, pautaria, de maneira hegemônica, que as políticas para integração regional garantam a abertura de mercados internacionais e a proteção do setor via subsídios e incentivos fiscais. Destaca-se que no período recente a política externa brasileira para a integração voltou-se aos moldes do regionalismo aberto, na contramão do projeto integracionista autonomista e multidimensional orquestrado até então pelos governos petistas, mas ao encontro das demandas que se hipotetizam serem, de forma prevalente, da burguesia agrária.

A partir do exposto, e após pré-análise das publicações das associações de representação que seriam objeto de aprofundamento, entendeu-se que há dois eixos simultâneos em que se pode verificar como a burguesia agrária tem pautado o projeto integracionista do Mercosul: seria em relação ao lugar do Mercosul na política externa brasileira (ou seja, como objetivo prioritário ou não); e em relação ao modelo de integração a ser adotado (o de regionalismo aberto ou o multidimensional e de cunho autonomista). Resgatando a hipótese lançada, pressupõe-se que o Mercosul teria sua relevância à burguesia agrária, de forma hegemônica, na medida em que esse bloco se direcione para o regionalismo aberto.

No que diz respeito à organização do artigo, além desta introdução, o presente trabalho contará com três seções. Na primeira seção, discutiremos a relação histórica entre o Mercosul e

a política externa brasileira, apontando o interesse da burguesia interna na integração regional. Na segunda seção, apresentaremos a metodologia utilizada na pesquisa. Na terceira, discutiremos os posicionamentos da CNA, da Abag e da Aprosoja Brasil em relação ao Mercosul nos governos Temer e Bolsonaro. Por fim, serão formuladas as conclusões.

MERCOSUL, O ESTADO BRASILEIRO E A BURGUESIA INTERNA

A gênese do Mercosul, na década de 80, remete ao esforço bilateral do Brasil e Argentina em instituir as bases para a criação de um mercado comum que, com base em protocolos setoriais de cooperação industrial gradual e simétrica, contribuisse para o desenvolvimento interno de ambos os países, assim como para a ampliação de margens de autonomia na esfera internacional (GRANATO, 2015). Já nos anos 90, a reestruturação e ofensiva capitalista em meio às fortes crises econômicas em ambos os países e a ascensão dos novos governos neoliberais no Cone Sul como um todo, pautaram uma reorientação da política bilateral de integração que, em parceria com Uruguai e Paraguai, originou o Mercosul, conforme estabelecido no Tratado de Assunção de 1991 (GRANATO, 2015).

Em conformidade com as diretrizes da Rodada Uruguai do antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1947 e com a nova estratégia de integração para a América Latina definida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em termos de “regionalismo aberto” (CEPAL, 1994), o modelo de integração de cunho mais desenvolvimentista e autonomista, adotado inicialmente por Brasil e Argentina, foi substituído por uma integração aberta aos mercados, colocando-se a liberalização comercial e desregulamentação financeira como os eixos dinâmicos do processo associativo (GRANATO, 2015). Passou a vigorar, assim, durante a década de 90, um “Mercosul dos negócios” (KATZ, 2006), também emblematicamente denominado como “Mercosul

fenício” (CAETANO, 2007), restrito a uma agenda econômico-comercial.

Nos anos 2000, a emergência de novos governos populares e progressistas na América do Sul – período que ficou conhecido como a “onda rosa” – marcou uma mudança nos rumos da integração na região, que passou a ser pautada sob uma perspectiva multidimensional e autonomista, em boa medida sob iniciativa da política externa dos governos Lula e Dilma (SARTI, 2017). Diferente do modelo pautado pelo regionalismo aberto, essa nova perspectiva integracionista, cristalizada no Consenso de Buenos Aires de 2003, assinado pelos mandatários de Brasil e Argentina à época, propunha um arranjo ampliado de coordenação dos Estados membros em questões de política pública não apenas de cunho econômica-comercial, mas também de ordem política, social, produtiva, de infraestrutura etc. Por sua vez, essa nova perspectiva também buscava construir um Mercosul que tivesse no objetivo da inserção externa autônoma dos países membros o seu núcleo central (GRANATO, 2015).

O governo Lula inaugurou uma política de desenvolvimento que buscava o crescimento econômico sem romper com o modelo capitalista neoliberal, mas que promoveu, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro. A inflexão promovida por Lula em relação ao período neoliberal seria, então, a promoção da ascensão política da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder, composta por setores industriais e agrários, orientados fundamentalmente para o comércio de exportação (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013; BERRINGER, 2015).

Ainda no primeiro governo Dilma, como destacam Granato e Cavalcanti (2020), no que tange à política externa deste primeiro período, observa-se a atuação da burguesia interna no sentido de obter o apoio do Estado para ampliar o mercado externo para os seus produtos e aumentar os investimentos diretos no exterior, havendo um favorecimento da burguesia interna

na política econômica, beneficiados pela política de superávits na balança comercial e estímulos à exportação. Como afirma Poulantzas (1975, 1976) a burguesia interna se interessa pela intervenção estatal que lhe assegura alguns domínios dentro do país e que a torne também mais competitiva diante de capital estrangeiro.

Entretanto, esta sorte de “reorientação” da política voltada à integração (CAVALCANTI, 2019), assim como a busca por beneficiar a burguesia agroexportadora, não foi suficiente para que o Mercosul garantisse um mínimo de coordenação que permitisse a essa fração obter certas vantagens em aumentar sua participação no comércio exterior. Este processo pode ter levado a burguesia interna a cada vez mais pressionar pelo retorno ao modelo de regionalismo aberto, ancorado na inserção competitiva do Brasil. Em relação à última década, há que destacar, ainda, questões conjunturais como a crise de 2008, que afetou a demanda e os preços das matérias-primas exportadas por América do Sul. Este processo foi acompanhado pela reação política euro-americana, que empregou meios como pressões monetárias, redução induzida do preço do petróleo, reações diplomáticas e intensa mobilização midiático-ideológica (VISENTINI, 2015).

A crise política deflagrada no segundo mandato de Dilma Rousseff, que culminou em sua deposição, é apontada pela literatura como tendo, dentre suas principais causas, a reconfiguração dos interesses das frações burguesas frente às políticas até então conduzidas pelo Partido dos Trabalhadores (BOITO JÚNIOR, 2019; BERRINGER; FORLINI, 2018; FONSECA et al, 2019; SOUZA, 2019). A grande burguesia interna brasileira teve, de fato, grande participação não só no apoio ao processo de *impeachment*, mas também na defesa das plataformas dos governos de Temer e Bolsonaro.

Como afirma Martuscelli (2018), a burguesia interna brasileira se comporta de maneira pendular: ora mais aderente à implementação de políticas contracionistas (liberais), ora expansionistas (populistas). Isso

poderia ser explicado, em parte, pela multifuncionalidade do capital - no sentido de os agrupamentos de capitalistas possuírem investimentos em duas ou mais atividades econômicas - que faz com que, em formações sociais dependentes, haja uma tendência de as classes dominantes se refugiarem nas zonas de menor tensão com o capital estrangeiro e o imperialismo. Isso significa, para o referido autor, que se a adesão a um planejamento industrial pautado numa perspectiva nacionalista, de defesa da soberania nacional, representar um risco para seus próprios negócios, as classes dominantes migrarão para uma zona de menor enfrentamento, de modo a buscar auferir lucros em atividades que não estejam necessariamente vinculadas à produção, “garantindo assim a permanência da disjuntiva: produção de mercadorias de alto valor agregado (potências imperialistas) e de baixo valor agregado (países dependentes)” (MARTUSCELLI, 2018, p. 70).

Entretanto, conforme afirma Bugiato (2018), esta fração não necessariamente está voltada para o mercado interno, pois ela não é uma burguesia fechada no seu espaço nacional, sendo que sua ambiguidade, ou colocação intermediária, consiste em explorar os conflitos no seio do capital estrangeiro, apoiando-se em segmentos deste capital em detrimento de outros objetivando o fortalecimento tanto internacional quanto nacional.

Todavia, cabe ainda trazer que, segundo Berringer e Forlini (2018), a reorientação do Estado no cenário internacional não é consensual no interior da grande burguesia interna e o que pode ter ocorrido após o golpe jurídico-parlamentar que levou Temer à Presidência da República é um desmembramento desta fração. Como apontam Granato e Cavalcanti (2020), as concessões à burguesia interna que já vinham sendo realizadas no segundo governo Dilma de forma hesitante ganharam intensidade e se firmaram no governo Temer, resultando pouco em alterações na condução do Mercosul. Sobre o período do governo Bolsonaro, os referidos autores afirmam ainda que, embora sob

hegemonia da burguesia compradora, associada ao capital financeiro internacional, o bloco no poder é formado por uma unidade contraditória de frações de classe que, como se evidencia nas diversas crises recentes, possuem interesses conflitantes que precisam ser investigados.

É evidente que a compreensão dos interesses da burguesia brasileira a respeito do Mercosul demanda estudos relativos a suas frações. Assim, em função do objetivo por nós proposto neste trabalho, se faz ainda necessário formular algumas sucintas considerações teóricas sobre a fração agrária. Externalizando seus traços de burguesia interna, tem-se que os empreendimentos que compõem a agropecuária detêm majoritariamente capital nacional, além de que suas instituições representativas apresentam o setor, de forma hegemônica, como suficientemente competitivo e capaz de integrar o Brasil ao mercado internacional, embora necessitando de proteção e estímulo estatais na concorrência com o capital estrangeiro. Outro fator a se levar em consideração é que as empresas que integram a fração agrária apresentam dependência externa para investimentos, inclusive para o desenvolvimento de componentes tecnológicos.

Dessa forma, pode-se antever que, em termos políticos, tendo em vista suas diversas contradições, a fração agrária dificilmente se sentirá inteiramente contemplada pelas políticas de determinado governo, assim como também é improvável que haja uma representação de classe que represente a totalidade dos interesses que englobam a agropecuária, sobressaindo-se conflitos que ora são mais claros e se manifestam de forma pública, ora aparecem de forma velada - principalmente nas disputas por recursos ou políticas prioritárias (ou na busca pela proteção do Estado).

Ilustrando a atuação política contraditória da fração agrária, despontam no cenário nacional diversas entidades representativas, sendo que as mais destacadas no cenário nacional durante o período de 2016 a 2020 terão seus posicionamentos analisados na pesquisa. Buscou-

se mapear as demandas desses representantes com relação ao rumo que o governo brasileiro deveria imprimir nas suas relações junto aos demais membros do Mercosul, entendendo-se suas colocações enquanto hegemônicas daqueles setores que dizem representar. A análise de suas opiniões se faz relevante pois é a partir dessas representações que os interesses do setor são colocados na agenda governamental, seja através da força política no Legislativo, seja mediante *lobby* diretamente junto ao Chefe do Executivo, tendo em vista o acesso facilitado às instituições governamentais de que lançam mão.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nesta pesquisa, utilizou-se da análise de conteúdo, método concebido por Bardin (2011, p. 48) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens”. Privilegiando seu caráter qualitativo, concentraram-se aqui esforços na identificação da presença ou ausência de determinadas características no material analisado e na produção de interpretações mais complexas com base na inferência.

Bardin (2011, p. 36) elenca três fases para a realização da análise de conteúdo: i) a pré-análise, que corresponde à organização do material, como a escolha dos documentos e do objetivo; ii) a exploração do material, com a classificação e codificação das fontes; e iii) o tratamento dos resultados, por meio da inferência (dedução lógica) e interpretação dos dados. Tomando como referência as mencionadas fases, os procedimentos implementados nesta pesquisa se detalham a seguir.

O primeiro passo consistiu na identificação do material textual, composto por pronunciamentos das associações de representação da fração agrária entre 2016 e 2020, realizada por meio da busca em seus portais a

notícias, documentos e artigos de opinião que trouxessem seus posicionamentos perante o Mercosul. Optou-se por tais canais por apresentarem seus discursos de forma sistematizada e transparente, compondo os principais meios de comunicação para formação de opinião junto aos representados e ao público em geral. Dessa forma, embora se procure desvelar os interesses das classes dominantes, explorou-se uma camada mais superficial, que é aquela que as referidas classes fazem questão de deixar à amostra na representação dos seus interesses.

A escolha das entidades da burguesia agrária a serem consultadas partiu inicialmente do acesso aos portais da CNA, principal representante dos produtores rurais no país, e do governo, notadamente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), nos quais foi possível perceber a movimentação de outras instituições da fração agrária em torno do aparelho de Estado, sinalizando que também apresentavam demandas próprias que envolviam o modelo de integração regional a ser defendido – seja por meio de reuniões de seus diretores junto ao alto escalão do governo ou por terem sido citadas como afetadas por determinada medida de política externa. Foram então trazidas à análise, por terem de alguma forma se destacado no decorrer do período, a Abag e a Aprosoja Brasil, além da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Do portal da CNA e da Abag coletaram-se o maior número de informações, tendo-se inclusive recorrido a materiais de 2014 (período anterior ao escopo da pesquisa) destinado aos presidenciais, para ilustrar o parecer e as demandas das referidas entidades no período correspondente ao segundo

governo Dilma. Já a consulta ao portal da Aprosoja, embora com menor número de declarações referentes ao bloco mercosulino, foi essencial para a percepção da existência de fissuras no que toca a pauta do modelo de integração regional a ser defendido e de como elas foram ocorrendo dentro da fração no decorrer do tempo, o que os achados no portal da FPA serviram para corroborar.

Na fase de pré-análise, levantaram-se cerca de trinta documentos para consulta. Por serem bastante heterogêneos, tanto nos interesses representados como nos formatos apresentados, optou-se por não realizar contagem das frequências dos tópicos que ainda seriam identificados como categorias⁴ (procedimento esse julgado como essencial para análises quantitativas), evitando que se restringisse a pesquisa que viria a ser realizada a determinados termos que poderiam não aparecer em todos os achados. Passou-se, portanto, de imediato, à análise qualitativa, priorizando-se a interpretação do contexto geral dos textos, sem descuidar das particularidades do contexto político e econômico do período em que eram publicados, auxiliado pela consulta aos discursos constantes nos planos de governo⁵ dos postulantes a chefe de Estado.

O segundo passo da aplicação da técnica escolhida consistiu na definição das categorias ou eixos de análise em que se pôde verificar como a burguesia agrária tem pautado o projeto integracionista do Mercosul. Tal processo metodológico foi sendo desenvolvido após por em diálogo, conforme se avançava na pesquisa, o arcabouço teórico aqui adotado e a pré-análise dos documentos. Optou-se, ao final, por utilizar

⁴ Segundo Bardin, “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos” (2011, p. 147). Assim, a análise categorial é a forma pela qual se realizam classificações e recenseamento do conteúdo por meio da criação de categorias (similares a gavetas de classificação de arquivos, em que se vai colocando o conteúdo textual dentro de diferentes espaços – categorias de análise).

⁵ Os planos de governo, que têm na sua apresentação condição obrigatória para a disputa das eleições, expõem as propostas e pautas prioritárias dos candidatos à Presidência da República. Embora tais planos tratem de meras promessas, entende-se que a análise de tais cartas de intenções contribuirá para uma melhor identificação das disputas em torno dos projetos para o Mercosul. Foram analisados os planos de governo de Dilma Rousseff (PT) e de Aécio Neves (PSDB) das eleições de 2014; o programa que teria orientado as ações de Michel Temer (PMDB) enquanto presidente interino e o plano de governo de Jair Bolsonaro (PSL) para as eleições de 2018.

como base para a reflexão o lugar do bloco na política externa brasileira (como objetivo prioritário ou não) e o modelo de integração a ser adotado (o de regionalismo aberto ou o multidimensional e de cunho autonomista). Finalmente, assim que se exploravam os achados, foram trabalhadas as unidades de registro⁶, as quais representam as unidades de base para a categorização.

No Quadro 1, em anexo, apresenta-se o modelo utilizado para interpretação analítica aqui desenvolvida.

A BURGUESIA AGRÁRIA BRASILEIRA E O MERCOSUL

Para a análise dos interesses da fração burguesa agrária no Mercosul durante o período sob estudo, primeiramente serão abordados os documentos do portal da CNA. Concomitantemente, como forma de ilustrar o contexto político que cercava a pauta do bloco mercosulino nos períodos *pré-impeachment* e dos governos Temer e Bolsonaro, serão analisados os planos de governo dos principais candidatos à presidência da república. Em seguida, serão abordados os achados do portal da Abag, da Aprosoja Brasil e da FPA.

No portal da CNA, desponta inicialmente um documento central de exposição de seus interesses perante o Mercosul no período pré-eleição de Dilma Rousseff, em 2014. Trata-se de uma carta aberta da confederação aos então candidatos à Presidência da República, com as demandas que seriam do setor rural para o ciclo 2015-2018 (CNA, 2014). Dois eram os candidatos mais competitivos na disputa eleitoral à época: Dilma e Aécio Neves. No plano de governo de Dilma (PT, 2014), prometia-se buscar a “integração da região, por meio do fomento ao comércio e da integração produtiva”, com “ênfase especial à integração financeira e das estruturas física e energética”. Já no plano de governo de Aécio

(PSDB, 2014), mencionava-se que o bloco estava “paralisado e sem estratégia”, devendo-se primar por “recuperar seus objetivos iniciais e flexibilizar suas regras, a fim de poder avançar nas negociações com terceiros países”. Propunha-se, então, o “reexame das políticas da integração regional para, com a liderança do Brasil, restabelecer liberalização comercial”.

Retratando a relevância conferida ao Mercosul na Carta aos Presidenciais, de elaboração da CNA, na parte reservada ao Comércio Internacional, o Mercosul recebeu uma seção própria, na qual era tratado como empecilho à abertura comercial, à medida que a prioridade de atuação do governo brasileiro deveria se dar pelo fomento à exportação a novos mercados. Expôs-se que na história do bloco mercosulino, ao menos para os interesses da fração agrária, os acordos com outros países foram pouco ambiciosos, caracterizando as divergências comerciais e políticas entre os membros, além do seu arcabouço jurídico-administrativo, como impedimentos tanto a negociações com outros países quanto à política comercial do Brasil via acordos bilaterais (CNA, 2014).

Em que pese as diversas críticas e uma aparente preferência a acordos bilaterais por parte da CNA no documento, ao se advogar que seria necessária uma integração aos mega acordos mundiais – que envolvem Estados Unidos da América (EUA), a União Europeia (UE) e grande parte da Ásia –, é mencionado ser um movimento que somente seria possível com a reformulação do bloco, principalmente quanto a sua estratégia externa. O que esperavam do próximo governante, portanto, era a conclusão do acordo do Mercosul com a UE; a retomada das negociações com Índia, Canadá, México e países do Golfo, dentre outras em andamento; o lançamento de novas frentes negociadoras com os principais mercados para os produtos brasileiros, como EUA, China e outros países da Ásia e do Oriente Médio, além da utilização dos mecanismos bilaterais de

⁶ Conforme Bardin, a unidade de registro ou unidade de significação codificada corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base visando à categorização e à contagem de frequências, podendo ser de natureza e dimensões muito variáveis (BARDIN, 2011, p.134).

negociações comerciais.

Nota-se que, como eixos pelos quais a CNA pautava seu projeto de integração do Mercosul à época, apresentava-se o bloco com grande relevância, mas não necessariamente central, à medida que poderia ser preterido por acordos bilaterais. Entretanto, mesmo com um possível incremento desses acordos, a manutenção do país no bloco se mostrava como estratégica aos interesses da fração, à medida que seria através do Mercosul que se daria a entrada aos mega acordos mundiais, via regionalismo aberto. Nenhuma atenção é conferida a uma política multidimensional ou autonomista ao bloco, nem mesmo a relação com os países membros, exceto para lembrar que os acordos teriam sido pouco expressivos para a fração burguesa. Percebe-se também a semelhança da retórica do segmento burguês com o do plano de governo do PSDB, afastando-se do pronunciamento petista.

Demonstradas as demandas da maior representante do setor rural à época da última eleição na era petista, a qual acaba retratando suas impressões quanto à condução do bloco em determinado intervalo, passa-se agora às manifestações desse segmento no período posterior ao *impeachment*, em que Temer assume e imediatas mudanças políticas são colocadas em prática, influenciadas por aquilo que se entende como seu programa de governo: o “Ponte para o Futuro” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015). No referido programa preza-se por maior abertura comercial junto aos EUA, Europa e Ásia, através do bloco mercosulino ou sem, ainda que “preferencialmente com ele”, priorizando-se, na política externa, a integração do setor produtivo às cadeias globais de valor⁷ - retórica que traz uma ruptura frente à do governo petista que sucedeu, estando semelhante à do PSDB e às demandas externalizadas até então pela CNA.

Em 2016, aproveitando-se da troca no governo, a pressão da confederação se mostrou bastante incisiva. Representantes de sua alta cúpula se reuniram junto ao então ministro das

Relações Exteriores José Serra com o intuito de expor as demandas do setor agropecuário para o comércio internacional (CNA, 2016), oportunidade em que o presidente da CNA entregou ao ministro brasileiro o documento denominado “Prioridades da Agenda Internacional”. Segundo o presidente da confederação, o Brasil não precisaria nem deveria ficar preso às normas do Mercosul, demandando acordos bilaterais de comércio, à medida que necessitava recuperar sua autonomia negociadora para responder com mais agilidade aos desafios do mercado internacional e às necessidades do setor privado para manter sua competitividade. Tem-se, aqui, o Mercosul sendo tratado como mero entrave às necessidades do setor, reflexo da política petista, entendimento que coloca o bloco até mesmo com menos centralidade na política externa do que dois anos antes, sendo formalmente preterido pelas relações bilaterais e os acordos de livre-comércio.

As publicações em artigos no portal da CNA durante o período vão no mesmo sentido, destacando-se duas delas. Na primeira, em artigo de elaboração de representante da entidade (MEIRELLES, [2016]), chama-se atenção à mudança pretendida na política externa a partir do governo Temer, “tanto do ponto de vista das relações diplomáticas quanto do comércio exterior”, sendo de suma importância “uma guinada de direção” no comércio, pois o Brasil teria perdido espaço no mercado ao não negociar acordos bilaterais e ao se unir a parceiros inadequados. Novamente, os acordos bilaterais parecem, aqui, ser a principal aposta do setor, tendo em vista os “parceiros inadequados” das negociações resultantes do Mercosul mediante sua orientação mais autonomista durante os governos petistas.

Já um ano depois, em artigo de autoria da assessora para negociações internacionais da Superintendência de Relações Internacionais da CNA (SANDE, [2017]), são externalizados fatores que subsidiam a postura pouco receptiva da burguesia agrária à atuação multilateral do Mercosul e a esperança por políticas mais voltadas

⁷ Termo esse que se refere ao atual contexto da estratégia global de segmentação produtiva adotada pelas empresas transnacionais.

a seus interesses com a troca de governos da “onda rosa” para a “onda azul” no continente⁸. A autora defende a inserção do país no comércio global “de forma muito mais estratégica”, mencionando que salvo as negociações comerciais datadas dos anos 2000 (próprias do regionalismo aberto, frisa-se), as tratativas intra-Mercosul pareceram distantes do setor agropecuário, despontando como fator principal os países serem grandes concorrentes na exportação de alimentos.

Para o alinhamento entre os países, a assessora da CNA advoga por uma parceria para juntos definirem uma estratégia visando à abertura e à conquista de mercados, especialmente no continente asiático, tema central do 1º Diálogo Agrícola Brasil-Argentina, realizado pela CNA em agosto de 2017⁹ – encontro esse que teria sido o pontapé para uma série de parcerias regionais que entidades privadas dos dois países colocariam em prática.

A opinião da assessora, além de indicar que o bloco mercosulino pouco atentara aos interesses da fração agrária desde os governos petistas, esclarece como o regionalismo aberto seria mais funcional a determinado segmento, retratando ainda a mobilização que se presenciava de representantes das frações burguesas do setor rural nos países do bloco, da qual se pode perceber a relevância da atuação conjunta de Brasil e Argentina – os dois países mais influentes economicamente do bloco –, para que, aproveitando um cenário de ruptura política no continente, favorável aos interesses do segmento em questão, liderassem a mudança na atuação do bloco regional.

As mudanças no cenário político, que no Brasil iniciaram com Temer, parecem ter influenciado para que as publicações do portal da CNA sobre as relações internacionais brasileiras fossem, a partir de então – como será demonstrado a seguir – menos críticas aos

“entraves” do bloco, passando a ser mais destacadas suas potencialidades.

No portal da CNA, representante preocupado com a onda nacionalista e protecionista no mundo cobrava mais agressividade do governo brasileiro, que deveria agilizar a vinda de auditores europeus ao país para acelerar a abertura ao continente, bem como a busca por se tornar membro pleno na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (PEDROZO, [2018a]). Quanto ao Mercosul, afirmava-se que o bloco nunca teria evoluído para se tornar, de fato, um mercado comum, e que seria necessário promover uma nova dinâmica, com ênfase numa maior integração com parceiros externos, principalmente com a Aliança do Pacífico – à medida que haveria um grande potencial em explorar as complementaridades entre os blocos –, acordo esse que aumentaria a capacidade de alcançar mercados extrarregionais.

As novidades das palavras do representante se dão em torno da prioridade que deveria ser conferida no direcionamento dos acordos, a certos países latino-americanos não integrantes do bloco, e na ênfase ao Mercosul enquanto ferramenta estratégica, pela via do regionalismo aberto. Ressalta-se que pela primeira vez nos artigos publicados pela confederação não se registrou menção a uma possível atuação mais descentralizada do país, nem se deteve aos entraves intra-bloco.

Em novo artigo de opinião do mesmo representante (PEDROZO, [2018b]), é relatado como há muito tempo a entidade vinha defendendo a importância de uma postura firme da diplomacia brasileira nas negociações agrícolas internacionais, a fim de reduzir práticas protecionistas e artificialismos de mercado dos países ricos. Assinala, também, que a fragilidade das negociações começa com a união aduaneira do

⁸ A ‘onda rosa’, que identificou aos governos populares e progressistas que tiveram lugar na região a partir de inícios dos anos 2000, foi cedendo perante a ‘onda azul’, após a crise econômico-financeira mundial de 2008 e do encerramento do ciclo das *commodities*, configurada num quadro político marcado por fatos como a destituição dos mandatários de Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e Bolívia (2019), a crise na Venezuela, e as vitórias eleitorais de Macri, na Argentina (2015), de Moreno, no Equador (2017), de Piñera, no Chile (2018), de Bolsonaro, no Brasil (2019) e de Lacalle Pou (2020), no Uruguai.

⁹ Só posteriormente integraram-se os agronegócios do Paraguai e do Uruguai.

Mercosul, que ainda não teria se consolidado, e, novamente, ao invés de saudar uma maior atuação bilateral, defende que é necessária uma nova política para robustecer o Brasil e o Mercosul nos moldes da atual UE, o que fortaleceria, segundo o autor, as posições do bloco nas negociações internacionais e daria mais competitividade no comércio globalizado. Tem-se assim, pela primeira vez, uma opinião explicitamente favorável à atuação em bloco por parte de um representante do segmento em discussão. O Mercosul deixa de ser tratado enquanto entrave, passando a ganhar maior centralidade, mediante a cobrança de atuação no cenário internacional preferencialmente via fortalecimento do bloco, a qual deveria ser estratégica para a conquista de mercados, não havendo mais menção a uma possível preferência a acordos bilaterais. Algo que não muda, entretanto, é a falta de atenção às relações com países do bloco, nos moldes do modelo de integração autonomista.

Para as eleições de 2018, foi apresentado pela CNA aos presidentiáveis o documento “O Futuro é Agro – 2018 a 2030”, elaborado junto ao Conselho do Agro, que sugeria uma agenda que levaria o país a ampliar a produção agrícola. No documento, são destacados dez tópicos, dentre os quais o compromisso de que sejam firmados acordos internacionais que promovam a competitividade da agropecuária brasileira, sendo nele o Mercosul citado. Primeiro, é mencionado que a política comercial deveria buscar eficiência para negociações de acordos bilaterais ou birregionais relevantes, como seria o acordo do bloco mercosulino com a UE (CNA; CONSELHO DO AGRO, 2018, p. 15); além disso, que seria necessário promover uma nova dinâmica para o Mercosul, incluindo maior integração com parceiros externos, principalmente com a Aliança do Pacífico (CNA; CONSELHO DO AGRO, 2018, p. 73). Os dois destaques, portanto, conferindo centralidade ao bloco, desde que com uma nova dinâmica, com vistas ao regionalismo aberto.

No plano de governo de Bolsonaro (PSL, 2018), já se poderia ter ideia dos rumos que tomariam o Mercosul para a fração agrária. No

referido documento, após mencionar que o Brasil seria um dos países menos abertos do mundo, defendem-se novos acordos bilaterais internacionais, demandando para a agricultura “políticas específicas para consolidar e abrir novos mercados externos”. Ainda, na defesa por um “Novo Itamaraty”, buscar-se-ia o fomento ao comércio exterior com países “que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil”. Em relação ao continente latino-americano, “precisamos redirecionar nosso eixo de parcerias”, afirmava-se no plano.

Em 2019, durante o governo de Bolsonaro, a CNA participou do seminário no Itamaraty “Diplomacia do Agronegócio”, no contexto da criação do Departamento do Agronegócio no Ministério das Relações Exteriores. Iniciativa que a Aprosoja Brasil – associação que será posteriormente analisada – saudava ainda em 2018, tendo enviado uma carta pública de agradecimento àquele que seria o futuro ministro da pasta, pela “acertada decisão” (APROSOJA, 2018). Ocorrência que sinaliza estarem ambos os segmentos uníssonos no que toca a demandas para a política externa.

Na palestra proferida pelo então embaixador Ernesto Araújo (ARAÚJO, [2019]), esse ressaltou a promoção do agronegócio na pasta das relações exteriores, em uma escala que considera sem precedentes. Quando fez menção ao Mercosul, referiu-se a avanços em grandes negociações com parceiros externos, todos relevantes importadores de produtos agrícolas, com destaque a países desenvolvidos – sem nada ser mencionado sobre integração produtiva, agricultura familiar e demais instrumentos socialmente orientados, o que era de costume da retórica política integracionista dos governantes petistas.

O último destaque às publicações do portal da CNA se dá a um evento promovido com o balanço do setor em 2020 e perspectivas para 2021 (CNA, 2020), em que foi divulgado documento que, na seção das relações internacionais, indica as prioridades para determinado segmento agrário (CNA; SENAR,

2020). Relacionado ao bloco, o documento afirma que a CNA defendeu os interesses dos produtores brasileiros em negociações de áreas de livre comércio, tendo divulgado estudo inédito, “Oportunidades das Negociações Comerciais entre o Mercosul e o Canadá”, e promovido debate sobre oportunidades e desafios para a agropecuária brasileira envolvendo o futuro acordo, além de representado os produtores brasileiros em debates sobre a formação de área de livre comércio entre o Mercosul e a Coreia do Sul. Ainda, pensando em parcerias futuras, foi dado destaque à realização de curso sobre oportunidades e desafios para a agropecuária no mundo islâmico. Todas as iniciativas, portanto, ligadas à política de regionalismo aberto e utilizando-se do Mercosul com centralidade. Em definitivo, a uma integração aberta aos mercados.

Outro ponto em que o Mercosul é mencionado, embora de forma mais comedida, é nas medidas de favorecimento à importação de fora do bloco para os grãos, “como forma de ampliar a oferta no mercado interno e frear os aumentos de preço”, que tratou da proposta de TEC zero do governo federal brasileiro para tais produtos. Como será posteriormente analisado, a atuação governamental gerou fraturas no setor agropecuário brasileiro¹⁰ e desse com outros países do bloco, principalmente com segmentos do agronegócio da Argentina, que teriam a oportunidade de exportar para o Brasil.

Ainda, corroborando a centralidade do bloco mercosulino para as pautas futuras da confederação, as perspectivas para 2021 do documento da CNA, dentro da lógica da busca por novos mercados desenvolvidos (que ocupa a integralidade do espaço destinado à seção de relações internacionais), aquilo que toca o Mercosul se dá nos avanços nas negociações comerciais, principalmente com Canadá, Coreia do Sul e Singapura, nada se mencionando sobre negociações com membros do bloco.

Nesse último período consultado, com Bolsonaro no poder, identificou-se que a CNA

passou a tratar o Mercosul como central para a política externa, criando programas que têm como eixo a atuação do país via bloco no modelo do regionalismo aberto, não mais ressaltando seus entraves à abertura comercial, nem demandando ao governo maior atenção aos acordos bilaterais. O que não alterou, entretanto, foi o modelo de integração que pautou o discurso, nada tocando em assuntos mais ligados ao corte autonomista.

Considerando a heterogeneidade da fração agrária, contemplou-se na pesquisa as páginas da Abag e da Aprosoja Brasil, de modo a analisar até que ponto os discursos e interesses ao interior do setor em tela resultam homogêneos. Tais representantes despontaram em meio aos achados dos portais da CNA e do governo durante o período Temer e Bolsonaro, por terem sido citadas como afetadas por determinadas medidas que tocavam o comércio exterior ou por ter sido noticiado o encaminhamento de seus interesses econômicos, por meio de reuniões de seus representantes junto à alta cúpula do governo, aos aparelhos de Estado. Esclareça-se que a CNA e a Abag são mais ligadas à agroindústria, já a Aprosoja, aos agricultores da soja – portanto, menos industrializados. Ilustrando a relevância de abordar tal desavença, antecipa-se que a Aprosoja rompeu com a Abag em setembro de 2020, em virtude do posicionamento favorável dessa à proteção da Amazônia (BRASILAGRO, 2020b) – tema que ganha contornos cada vez mais estratégicos para o setor na busca por mercados em países desenvolvidos.

No portal da Abag, o modelo de integração regional defendido por meio do Mercosul desponta em dez informativos (dentre os trinta e nove publicados no portal, desde 2012), em dois relatórios anuais de atividades (dentre os lançados desde 2015), em um documento com a retrospectiva de 2020 e em um *position paper* no final do mesmo ano.

Em ordem cronológica, no primeiro informativo analisado, são apresentados aqueles que seriam os desafios do setor e as oportunidades diante do cenário internacional para 2013 (ABAG,

¹⁰ Fissuras que tiveram ligação com o nível de industrialização dos segmentos representados: os mais industrializados manifestaram-se a favor; os menos, contra (BRASILAGRO, 2020a).

2013a), oportunidade em que se prospectava que o Brasil junto aos EUA seriam cada vez mais os grandes exportadores mundiais. Dentre os desafios nacionais, sinalizando a insatisfação do segmento com a política exterior à época, listavam-se as limitações da política comercial e externa.

Esse foco no mercado mundial foi tema do “Desafio 2050” (ABAG, 2013b), estudo lançado pela associação em que se apontava como principal questão a busca por alimentar o planeta, apostando na capacidade do país em contribuir com 40% do crescimento da produção global até 2050. Observa-se que é dessa forma, utilizando-se da retórica de servir de fonte de alimento para o mundo, que as demandas do segmento se direcionam a uma política comercial externa mais aberta do que a praticada até então no país para o setor, retratando interesses mais próximos dos de burguesia associada.

Corroborando o posicionamento, a associação, assim como a CNA, apresentou proposta de plano aos presidenciáveis na eleição de 2014 (ABAG, 2014a), constando a demanda de orientação a mercados, em função do Brasil ter se transformado no terceiro maior exportador agrícola do mundo, devendo por isso ser uma das estratégias a utilização da “marca Brasil” nas exportações.

Durante o ano das eleições, foi publicado informativo com discurso do presidente da Abag, no qual ressalta que “ganha importância a conquista de novos espaços para os produtos brasileiros, ação que seria facilitada pela assinatura de mais acordos comerciais bilaterais com países ou grupos de países” (ABAG, 2014b, p. 1). Segundo o representante, a abertura de novos mercados (demanda típica de burguesia associada) seria tão importante quanto o aumento de renda (preocupação característica de burguesia nacional) para viabilizar o crescimento do agro, compondo ambas as questões, junto aos ganhos de produtividade, as bases para que o setor possa atender ao Desafio 2050, proposto pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) de aumentar a produção mundial de alimentos (ABAG, 2014b, p. 1).

Os posicionamentos da Abag durante a era petista vão ao encontro dos proferidos pela CNA, no sentido de externalizarem a preferência pela maior abertura comercial na política externa, mediante acordos bilaterais. A diferença é que a Abag nem mesmo considerava formalmente a relevância que teria para seus interesses o Mercosul no modelo de regionalismo aberto, algo que a CNA reconhecia em 2014, pressionando por mudanças nas políticas do bloco e apontando empecilhos da política levada a cabo pelos governos petistas a suas pretensões.

Passando à época pós-*impeachment* de Dilma Rousseff, em novo informativo foram relacionadas série de ameaças ao bom desenvolvimento do agronegócio no Brasil, dentre essas o “comércio internacional restrito” (ABAG, 2016, p. 2), à medida que o país estaria ficando de fora da tendência internacional de formação de blocos ao manter foco apenas no Mercosul. No mesmo documento, são saudades por representante da pecuária as notícias que indicavam uma nova direção nos rumos da política externa do governo Temer, em termos da ampliação das possibilidades de exportações da carne brasileira para a China e de aceleração das negociações com os EUA e com a UE, não ficando o país “amarrado totalmente às propostas e restrições do Mercosul”, portanto “expandindo consideravelmente o número de acordos internacionais bilaterais” (ABAG, 2016, p. 6).

Observa-se que assim que Dilma é deposta aparecem as proposições mais enfáticas à alteração nos rumos do Mercosul, que deveria ser preterido por acordos bilaterais junto a países desenvolvidos, à medida que se estaria “amarrando” os interesses econômicos do agro. Ressalta-se também que o bloco foi sido citado pela primeira vez pelas publicações do segmento, mas com conotação de empecilho aos seus interesses.

Em informativo do ano seguinte, entretanto, há menção expressa à relevância da integração dos países do Cone Sul pelo presidente da associação, ainda que não se tenha mencionado expressamente o Mercosul. Em

evento promovido pela Abag, que teve como uma das pautas o debate sobre como o setor estaria se preparando para as mudanças na geopolítica, o representante salientou que o Brasil superaria os EUA como maior produtor mundial de soja e que as áreas cultiváveis seguiriam com aumento no país e na Argentina, enquanto outros países relevantes sofreriam redução. A seu ver, isso daria a importância da região na estratégia da alimentação global, sendo fundamental o posicionamento desses países latinos em termos de integração e atuação, além de que no Brasil o agro deveria ser a principal plataforma para abertura dos mercados globais (ABAG, 2017, p. 17).

Embora o bloco mercosulino não tenha sido citado, é ressaltada a integração junto ao país que é tido como principal parceiro do Brasil pelos defensores da via do regionalismo aberto, sendo trazida a retórica do desafio de alimentar o mundo para abertura dos mercados globais. Essa foi a primeira vez nos documentos consultados que se colocou como central a integração regional, embora o modelo em nada tenha se alterado.

No ano seguinte, em novo informativo, houve a primeira menção à união dos países do Mercosul, em notícia sobre a visita de representantes do Grupo de Países Produtores do Sul (GPS) – composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – à Organização Mundial do Comércio (OMC) (ABAG, 2018a, p. 5). Chama-se atenção que o motivo de destaque no documento à determinada união se dava pela maior possibilidade de abertura de novos mercados desenvolvidos ao país, ligado, portanto, ao regionalismo aberto.

Ainda em 2018, foi enfatizada menção de embaixador brasileiro em evento promovido pela Abag que entendia se estar reavendo os acordos com diversos blocos e países nos últimos anos, além de se estar revitalizando os acordos comerciais do Mercosul (ABAG, 2018b, pp. 2-3). Na mesma ocasião, o presidente da Abag salientou a relevância do país em não se isolar num cenário mundial marcado por aumento de medidas protecionistas, de modo que para o Brasil e o Mercosul o fortalecimento da OMC seria

fundamental (ABAG, 2018b, p. 3).

Tais informativos de 2017 a 2018 acabam por ilustrar como o Mercosul foi ganhando centralidade na retórica dos representantes da associação, assim que foi sendo sinalizada uma nova postura perante o bloco por parte do governo federal, rumo ao regionalismo aberto. O período em que isso ocorre é similar ao observado nas declarações da CNA.

O último informativo coletado, já durante o governo de Bolsonaro, traz trechos de novo evento promovido pela associação junto a representantes do governo federal, sendo ressaltado, em termos do Mercosul, o acordo junto à UE, que estaria com lugar central na agenda governista, junto às questões do desmatamento (ABAG, 2019, p. 6). O relatório de atividades da Abag de 2019 também traz menção à relevância da inserção de conteúdos ambientais nas negociações do comércio internacional, sobretudo a partir do fechamento do grande acordo supramencionado (ABAG, 2020a, pp. 4-5).

A centralidade do bloco mercosulino na política externa brasileira aparece ainda na retrospectiva de 2020, em que o Mercosul aparece quando citado o acordo com a UE. Os acordos comerciais e as relações diplomáticas com países parceiros são vistos como fundamentais pelo presidente da associação, à medida que o setor deseja a abertura do mercado. Entende o representante ser o acordo com a UE fundamental para que depois se garanta o acesso do país à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pois “sem participar desses grandes condomínios de nações desenvolvidas, comprometeremos a evolução do país” (ABAG, 2020b, p. 5). Por fim, o presidente da Abag ressalta a parceria com o Mapa durante o governo Bolsonaro, saudando o direcionamento das políticas em prol dos interesses do setor e mencionando a busca de ampla abertura de mercados no exterior.

O último documento coletado da associação trata de um *position paper* com as principais tendências e transformações que deverão ocorrer nos próximos anos para intensificação da

competitividade do agronegócio brasileiro, das quais emanaram dezesseis direcionadores estratégicos, divididos em sete áreas. Naquela que diz respeito às postulações para o comércio internacional, dentro de Políticas Públicas, há o que demanda uma inserção mais contundente da promoção comercial internacional do agronegócio, por meio da criação de novos acordos comerciais bilaterais e multilaterais (ABAG, 2020c, p. 8).

Observa-se que, se até o período petista a retórica da associação era de priorizar os acordos bilaterais, lançando críticas ao isolamento que atuação via Mercosul acarretava (ainda que não o citando expressamente), a partir do governo Temer, mais precisamente desde Bolsonaro, a postura da Abag perante o bloco passa a reconhecer cada vez mais a figura dos acordos multilaterais como estratégicos. Dessa maneira, pode-se dizer que, tomando os eixos de análise propostos na pesquisa, as manifestações da CNA e da Abag frente ao Mercosul andam na mesma direção, embora com determinadas peculiaridades que serão a seguir exploradas.

A CNA, reconhecendo a relevância dos acordos multilaterais para a entrada aos mega acordos mundiais desde a época de Dilma, externalizava de maneira mais clara a insatisfação com a postura petista perante o Mercosul, a qual era tratada como empecilho a seus interesses econômicos. Assim, a confederação defendia a reformulação da atuação do bloco, que deveria ser orientado via regionalismo aberto. Em meio a esse contexto, suas propostas priorizavam a atuação comercial do país via acordos bilaterais.

A Abag, por sua vez, só começou a deixar clara a centralidade do Mercosul na política externa que pautava para o país a partir do segundo ano do governo Temer, tendo suas demandas se tornado mais enfáticas à atuação via bloco a partir de Bolsonaro, defendendo-se em 2020 uma maior inserção externa via acordos multilaterais. Até então, tratava o Mercosul meramente como empecilho ao desafio de alimentar o mundo, defendendo que o governo deveria atuar mediante acordos bilaterais.

Outra particularidade é que a Abag veio

trazendo com maior ênfase a questão da sustentabilidade para a celebração desses acordos que ganharam novo espaço na agenda governamental, demanda que seria proveniente dos países de economia mais avançada. É justamente esse ponto que passou a gerar uma cisão em segmentos do setor rural.

De forma a ilustrar como contradições internas à fração agrária se manifestaram, apresentam-se os achados do portal Aprosoja Brasil que envolvem a política externa do governo brasileiro, associação que ficou notada no cenário da burguesia agrária não só por ter feito o agradecimento público supra mencionado pela criação do Departamento do Agronegócio no Ministério de Relações Exteriores (que sinalizava uma confluência de interesses junto às grandes representantes da fração agrária brasileira, sobretudo do agronegócio), como por, mais tarde, ter rompido com a Abag, em virtude do apoio desta a documento da Coalização Brasil Clima Floresta Agricultura enviado ao governo federal, com medidas para conter o desmatamento na Amazônia (BRASILAGRO, 2020b).

Antes, em 2019, enquanto a CNA e a Abag reconheciam os avanços do Mercosul na via do regionalismo aberto, representantes da Aprosoja se reuniam com o presidente brasileiro para não só se queixar dos custos de produção e da dificuldade de acesso a seguros, como para demandar mudanças em relação ao Mercosul, rumo a um olhar para o livre comércio, de tal forma que permitisse melhores condições aos produtores rurais para a compra de insumos e equipamentos de países vizinhos, manifestando inconformidade com a situação desigual no bloco: “Por que nós não podemos comprar os mesmos produtos de outros países da mesma forma como os nossos produtos saem daqui para lá?” (APROSOJA, 2019). Essa foi a primeira manifestação das entidades da fração agrária pesquisadas a demandar políticas que viabilizassem uma maior relação com os países membros do bloco, no sentido da derrubada de barreiras comerciais que, segundo eles, tornavam a relação díspar (e que beneficiavam um segmento mais industrializado da fração agrária no país).

Evidenciam-se assim, pela primeira vez nos achados, como seria central a atuação do Mercosul via modelo autonomista para um segmento do agro, menos industrializado.

Embora tenham se manifestado a favor do “livre comércio” nessa ocasião, a Aprosoja Brasil colocou-se contra a proposta de Tarifa Externa Comum (TEC) zero para os grãos no ano de 2020¹¹, de autoria do Mapa (BRASILAGRO, 2020a), sinalizando como determinada ferramenta operadora de defesa dos seus interesses. Enquanto representantes dos agricultores colocavam-se contra a referida medida, alegando que essa desequilibraria o mercado, a agroindústria se posicionava a favor, defendendo o equilíbrio da oferta por meio do livre comércio. Outros que se colocaram contra a medida em questão foram representantes dos produtores de países do Mercosul, que teriam a oportunidade de exportar para o Brasil.

A manifestação do presidente da Aprosoja foi que seria “desnecessária (...) Isso mostra falta de preparo, tem pressão da indústria em cima disso aí, isso traz só desequilíbrio, não ajuda em nada”. Por sua vez, o presidente da Abag mencionou que via a medida “com muita tranquilidade, porque é assim que se faz comércio internacional, com saídas e entradas (...) Em uma gestão liberal de comércio, isso é o que se faz, e o Brasil para aumentar ainda mais sua exportação, precisa abrir o país para importações”.

Constata-se, assim, que em um período em que as representações hegemônicas da fração agrária vêm contando com amplo espaço na agenda governamental em termos de política externa, sendo restaurado o modelo do regionalismo aberto para o Mercosul do início dos anos 2000, a Aprosoja Brasil rompe com um segmento que compõe a própria fração, mais industrializado e que está interessado na geração de uma imagem de proteção do meio ambiente, relevante para a realização de novos acordos com países centrais.

Identifica-se também como a eliminação de barreiras, que vai ao encontro dos interesses do

segmento mais industrializado do setor, acaba por reduzir a proteção de outro, menos industrializado, que passa a se ver prejudicado na relação comercial com países do Mercosul. Percebe-se, assim, como as propostas de liberalização comercial poderão prejudicar o comércio intra-bloco (junto aos interesses do segmento menos industrializado), favorecendo a abertura a países mais desenvolvidos, funcional aos segmentos hegemônicos da fração burguesa em tela.

A contradição desponta, portanto, na forma de proteção do Estado que essa burguesia demanda, à medida que quando se derruba determinado “entrave”, próprio do modelo autonomista de integração regional operado no período petista, aquele segmento que era por ele protegido passa a postular sua retomada, alegando desequilíbrios de mercado, ora frente aos países desenvolvidos, ora frente aos membros do bloco mercosulino.

A novidade com as medidas próprias do regionalismo aberto no Mercosul sendo colocadas em prática é justamente a emergência dessas manifestações defensivas por parte dos segmentos agrários atingidos pela flexibilização de barreiras, ainda que de forma velada, em pontuais declarações e em notícias esparsas, uma vez que o contexto político em que estão inseridos (de hegemonia da CNA e da Abag) não acataria de bom grado uma demanda protecionista, ou “intervencionista”. Algo que pode aparecer como tendência para os próximos anos, caso tais políticas se mantenham, é justamente esse tipo de postura por parte de segmentos da fração agrária preteridos nas políticas emanadas do Mercosul, bloco que embora já desponte com centralidade nos posicionamentos hegemônicos do setor desde Bolsonaro, passaria a perceber uma contradição no modelo de integração a ser demandado, a depender do segmento que se analisa.

Entende-se que pode aparecer com maior ênfase dentro do setor uma pauta mais próxima do modelo multidimensional ou autonomista, ao se buscar preservar barreiras frente a produtos de países desenvolvidos, embora não se apresente

¹¹ A proposta foi de isentar provisoriamente taxas para soja, milho e arroz produzidos fora do Mercosul.

ainda uma demanda sistematizada por maior cooperação comercial intra-bloco, vide as disputas regionais, sobretudo na agricultura. O que se procura, na verdade, é tornar as barreiras intra-bloco mais igualitárias, de forma que a fração agrária do Brasil possa comercializar (ou competir) de igual para igual com os países vizinhos.

Corroborando a hipótese de que uma nova tendência passa a operar em relação à concepção do Mercosul por parte de segmentos da fração agrária, sobretudo da agricultura, desponta uma medida iniciada em 2017 no Congresso Nacional, por iniciativa da FPA, que vem tratando da reavaliação das normas do Mercosul, na qual se tem discutido medidas protecionistas aos interesses do agro brasileiro, não se desenvolvendo, entretanto, ideias de cooperação com outros países. Foi proposta a anulação da TEC Zero intra-bloco para alguns produtos agropecuários (leite, arroz, trigo e maçã), à medida que haveria acentuados desequilíbrios de mercado que não se verificariam para os demais países do bloco (FPA, 2017). Nesse sentido, as propostas acabam sendo relacionadas muito mais à igualdade na relação comercial dentro do bloco, buscando-se proteger os produtores brasileiros. Também já desponta a preocupação com a possibilidade do setor leiteiro do Brasil sair prejudicado com o acordo do bloco com a UE, defendendo-se maior apoio por parte do governo brasileiro (FPA, 2019a; 2019b).

Assim, da análise dos dados, infere-se que as demandas do setor em questão, multifacetado, acabaram por trazer aos poucos o bloco do Mercosul com maior centralidade na pauta da política externa desde a mudança na sua direção com Temer. A disputa se dá na forma com que essa centralidade se dará: via regionalismo aberto (hegemônico no setor e bastante ligado ao segmento agroindustrial, mais moderno) ou de forma protecionista – não se podendo vislumbrar nos achados uma demanda essencialmente autonomista, de cooperação, à medida que desponta muito mais a competição que há entre os agricultores dos países membros.

No Quadro 2 no Anexo apresenta-se uma

síntese das principais evidências aqui sistematizadas e discutidas, valendo-se, conforme expresso nas considerações metodológicas deste trabalho, da técnica de análise de conteúdo. As inferências apresentadas a seguir partiram da análise desse quadro. Percebe-se, através das manifestações da fração agrária, o caminho percorrido na configuração de seus interesses no Mercosul, caminho esse que foi se moldando no decorrer das trocas de governo. Nas eleições presidenciais de Dilma e durante os primeiros momentos do governo Temer, enquanto ainda havia resquícios da retórica mais autonomista da política externa voltada ao Mercosul, o referido bloco era entendido pelas principais representantes da fração burguesa (CNA e Abag) enquanto entrave, à medida que deveria conciliar interesses difusos e priorizava parceiros inadequados para o setor, forçando o país a ficar de fora da cadeia global de comércio. Prezava-se, então, por uma atuação mais descentralizada do país, mediante acordos bilaterais de livre comércio, os quais tinham a preferência da burguesia agrária, de forma hegemônica, para pautar a política internacional do Brasil. A distinção se dá no teor das duas principais representantes: a CNA já sinalizava a relevância que tinha o bloco na política externa para os interesses do agro, expressando o desejo de mudar a direção do bloco rumo ao regionalismo aberto; já a Abag limitava-se a defender a priorização aos acordos bilaterais.

Entretanto, no decorrer do governo Temer e com a assunção de Bolsonaro, uma ressignificação do Mercosul começa a ocorrer nos pronunciamentos das duas principais representantes dos interesses da fração agrária, tendo como eixo central sobretudo o acordo com a UE, remontando a retórica às origens da formação do bloco, em que, como visto, passou-se a priorizar seu revigoramento, ao se compartilhar a liderança junto à Argentina rumo ao regionalismo aberto, com acordos de livre comércio prioritariamente com países desenvolvidos, ou “parceiros estratégicos”.

Nesse sentido, chama a atenção a diferença

no tratamento do Mercosul pela CNA e pela Abag nos seus primeiros e últimos documentos analisados. De mero entrave, que deveria ter sua dinâmica revista ou até mesmo ser preterido por acordos bilaterais, passa a ser elemento central nas oportunidades para o setor a partir de 2021, pautando as principais iniciativas no assessoramento à burguesia.

Com Bolsonaro agudizando a política liberal, entretanto, algumas manifestações já começam a sinalizar uma possível mudança no modelo de integração a ser pautado por determinados segmentos da fração agrária, menos industrializados, o que o regionalismo aberto acabou por acarretar: trata-se de demandas que exigem a proteção dessa burguesia interna, tendo em vista a competição desigual com países de fora do bloco e mesmo intra-bloco. O que não se percebeu nos achados, entretanto, é qualquer iniciativa da burguesia que busque a integração com os demais países membros do Mercosul, sendo tratados muito mais como competidores no comércio do que parceiros para uma possível política autonomista.

As representações mais industrializadas, por sua vez, focam-se mais nas oportunidades que os acordos do país mediante o bloco vêm trazendo, inclusive tratando da questão da defesa da Amazônia, estratégica para conquista de novos mercados, ainda que disfuncional a um segmento da burguesia, que lida com a soja. Esses fatores levam à constatação de que o segmento hegemônico no bloco no poder da política brasileira tende a ser essa última, mais industrializada, à medida que teria seus interesses prioritariamente atendidos nas políticas governamentais, em detrimento daquela mais voltada à agricultura, que já vem tratando por se mobilizar de maneira desintegrada da grande associação da fração agrária.

CONCLUSÕES

O presente trabalho teve o propósito de analisar os interesses manifestados pelas mais destacadas representações da fração burguesa

agrária no Brasil (CNA, Abag e Aprosoja Brasil) em relação ao Mercosul, durante o período de 2016 a 2020. Para tanto, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo, trabalhando-se com a narrativa dessas representações em termos de como demandavam a atuação do governo com relação ao bloco mercosulino, sob dois eixos principais: seu lugar na política externa (se prioritário ou não) e em relação ao modelo de integração a ser adotado (regionalismo aberto ou multidimensional e de cunho autonomista).

Constatou-se uma determinada trajetória nas manifestações: inicialmente, na era petista no país, ou da “onda rosa” no continente, enquanto a retórica governista era altamente vinculada ao modelo autonomista, as duas principais representações da fração agrária (CNA e Abag) eram uníssonas na crítica aos rumos que se davam ao bloco, dando ênfase aos entraves e empecilhos decorrentes de sua legislação para que o Brasil se inserisse de modo mais “estratégico” no mercado mundial – ilustrando os interesses econômicos dessa burguesia, estritamente vinculados ao regionalismo aberto. Para as entidades representativas da fração agrária, o lugar do bloco na política externa deveria ser preterido pela demanda de maior atuação via acordos bilaterais com países desenvolvidos, uma vez que a conotação do Mercosul era de negociação com parceiros inadequados.

Com o *impeachment* da presidenta Dilma, que andou junto à ascensão de governos neoliberais e conservadores na América Latina (e aos novos esforços empreendidos no bloco com vistas à celebração do acordo com a UE), constatou-se uma paulatina modificação nas demandas dessas representações da fração agrária quanto ao lugar do Mercosul na política externa. Aos poucos, as entidades passaram a reconhecer a centralidade do bloco, mas sem deixar de criticar o modelo autonomista de integração. Logo após a assunção de Temer, começou-se a perceber uma suavização nas críticas direcionadas à atuação do país via bloco, tendo as manifestações se restringido a ressaltar a relevância na mudança de direção do Mercosul. Em seguida, as críticas vão

desaparecendo e a atuação do país via bloco vai ganhando contornos cada vez mais estratégicos, pouco ou nada se falando em acordos bilaterais.

Entretanto, no período mais recente, à medida que as políticas liberais começaram a se intensificar no governo Bolsonaro, constataram-se as primeiras contradições na fração burguesa em questão, com relação às disputas pelas políticas governamentais, o que poderá gerar variações no modelo de integração do Mercosul a ser defendido por diferentes segmentações, os quais se distinguem pelo nível de industrialização com que operam – ou pela função do capital que exercem. Aquele mais industrializado, que dá indícios de ser hegemônico no bloco no poder, mantém a pauta de regionalismo aberto; o menos industrializado, que já vem sendo preterido em certas medidas que visam à ampliação das negociações do Brasil com países desenvolvidos, começa a se desprender da representação que diz englobar os interesses da burguesia agrária como um todo e, atuando de forma isolada, passa a requerer maior proteção do Estado (ainda que em manifestações esparsas e não oficiais) – postura típica da burguesia interna em uma região periférica-dependente do globo. Não se constatou, entretanto, uma postura autonomista do segmento, que viesse a se dar em cooperação a outras representações de países vizinhos, tendo se ressaltado no seu lugar a ideia de competição.

A principal discussão proporcionada com a presente pesquisa foi a de vislumbrar como se alterou o posicionamento das principais entidades representantes da fração agrária durante os governos Temer e Bolsonaro, no que toca, como dito, à centralidade do Mercosul na política externa; mesmo não se podendo falar do modelo de integração a ser adotado, que até então se manteve semelhante durante ambos os governos. Outra relevante contribuição foi de constatar como a fração agrária vem se desmembrando, à medida que um determinado segmento vem sendo prioritariamente atendido nas medidas que tocam a pauta do regionalismo aberto, evidenciando como essa burguesia interna necessita da proteção estatal para seus negócios, ao menos tempo que

lida com contradições internas, as quais disputam essa proteção.

Nesse sentido, este trabalho representa, também, um convite para futuras pesquisas, que poderão considerar de que forma irão se manifestar esses distintos segmentos na fração agrária com a implementação de políticas via Mercosul pautadas pelo aprofundamento da lógica do regionalismo aberto, atentando-se às alterações e contradições dos seus discursos e movimentações políticas, bem como às particularidades na postura da fração agrária no país. Por fim, como todo e qualquer trabalho desse porte, a discussão oferecida apresenta limitações. Reconhece-se que a análise promovida ficou restrita ao caráter formal ou documental das declarações ou manifestações das principais frações burguesas estudadas, declarações que nem sempre expressam claramente seus verdadeiros interesses ou deixam inferir ou desvendar a dinâmica de interesses por trás das postulações. Além disso, reconhece-se a limitação das representantes consideradas na pesquisa, cabendo uma análise mais abrangente dos segmentos da fração agrária. Ainda que se julguem tais considerações como pertinentes, espera-se estar fornecendo elementos que contribuam, de forma mais ampla, com o estudo do Mercosul e os interesses de classe no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ernesto. Palestra proferida pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo, na abertura do seminário “Diplomacia do Agronegócio” (13/06/2019). **Fundação Alexandre Gusmão (Funag)**, [2019]. Disponível em: <<http://funag.gov.br/index.php/pt-br/component/content/article?id=2949>> Acesso em: 23 jan. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE SOJA (APROSOJA BRASIL). **Agradecimento público ao chanceler Ernesto Araújo**. 22 dez. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2018/12/22/agradecimento->

publico-ao-chanceler-ernesto-araujo/> Acesso em: 23 jan 2021.

_____. **Nunca foi tão caro produzir, afirma Aprosoja Brasil ao presidente Jair Bolsonaro.** 15 mar. 2019. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/03/15/nunca-foi-tao-carro-produzir-afirma-aprosoja-brasil-ao-presidente-jair-bolsonaro/>> Acesso em: 23 jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG). **Informativo Abag nº 84.** Ano 11 – Jan – Fev/2013. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-84.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Informativo Abag nº 88.** Ano 11 – Set – Out/2013. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-88.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Informativo Abag nº 93.** Ano 17 – Jul – Ago/2014. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-93.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Informativo Abag nº 94.** Ano 17 – Set – Out/2014. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-94.pdf>>

_____. **Informativo Abag nº 97.** Ano 17 – Abr – Mai/2015. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Informativo-Abag-97.pdf>> Acesso em 17 mar. 2021.

_____. **Informativo Abag nº 102.** Ano 18. Abr – Mai – Jun/2016. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-102.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Informativo Abag nº 107.** Ano 19 – Jul – Ago – Set/2017. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-107.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Informativo Abag nº 110.** Ano 19- Abr – Mai – Jun/2019. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-110.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Informativo Abag nº 111.** Ano 19. Jul – Ago – Set 2018. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-111.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Informativo Abag nº 115.** Ano 20. Jul – Ago – Set – Out 2019. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-115.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Relatório de Atividades Abag 2019.** Set 17, 2020. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Relato%CC%81rio-Atividades-2019-final-min.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Lições para o Futuro.** Congresso Brasileiro do Agronegócio, Anais 2020. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/CBAOnlineAbagB3-Anais2020-min.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. Comitê de Inovação 2020. **Position Paper.** Visão da Inovação e da Competitividade do Agronegócio. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Position-Paper-Visao-da-Inovacao-e-da-Competitividade-no-Agronegocio.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula.** Curitiba: Appris, 2015.

BERRINGER, Tatiana; BOITO JÚNIOR, Armando. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 21, n. 47, pp. 31-

38, 2013.

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, vol. 9, n. 48, pp. 5-19, 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas; São Paulo: Unicamp; Unesp, 2018.

BRASILAGRO. **Plano de TEC zero para grãos racha agronegócio e preocupa Mercosul**. 28 ago. 2020 (a). Disponível em: <<https://www.brasilagro.com.br/conteudo/plano-de-tec-zero-para-graos-racha-agronegocio-e-preocupa-mercosul.html>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Aprosoja Brasil rompe com Abag após documento sobre desmatamento na Amazônia**. 29 set. 2020(b). Disponível em: <<https://www.brasilagro.com.br/conteudo/aprosoja-rompe-com-abag-apos-documento-sobre-desmatamento-na-amazonia-.html#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20presidente,r%C3%A1pida%20o%20desmatamento%20na%20Amaz%C3%B4nia.>> Acesso em: 23 jan. 2021.

BUGIATO, Caio. Poulantzas, Estado e Relações Internacionais. **Décalages**, [s.l.], vol. 2, n. 2, pp. 1-17, 2018.

CAETANO, Gerardo. Mercosul: Quo Vadis? **Diplomacia, Estratégica Política**, Brasília, [s./v.], n. 5, pp. 144-181, 2007.

CAVALCANTI, Flávia G. O Mercosul pós-Dilma Rousseff e o retorno do regionalismo aberto. In: BRICEÑO, J.; LEAL, J.; VALENCIA, A.; FORCHERI, M. (Orgs.). **La integración latinoamericana en debate**. Buenos Aires: Teseo, 2019, pp. 69-96.

CAVALCANTI, Flavia G.; GRANATO, Leonardo. Mercosul e dependência: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina. **Sul Global**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, pp. 64-96, 2020.

CEPAL. **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe**. La integración económica en servicio de la transformación productiva con equidad. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1994.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA (CNA). **O que esperamos do próximo presidente 2015-2018**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/BeefPoint/o-que-esperamos-do-prximo-presidente-web>> Acesso em 23 jan 2021.

_____. **CNA defende maior acesso a mercados internacionais por meio de acordos bilaterais de comércio**. Brasília, 04 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/noticias/cna-defende-maior-acesso-a-mercados-internacionais-por-meio-de-acordos-bilaterais-de-com%C3%A9rcio>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **CNA apresenta balanço de 2020 e as perspectivas para 2021**. Brasília, 01 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/noticias/cna-apresenta-balanco-de-2020-e-as-perspectivas-para-2021>> Acesso em: 23 jan. 2021

CNA; Conselho do Agro. **O Futuro é Agro 2018-2030**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/plano_de_estado_completo_21x28cm_web.pdf> Acesso em 23 jan. 2021.

CNA; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). **Balanço 2020 Perspectivas 2021**. 2020. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/assets/arquivos/Balanco2020_Perspectiva2021.pdf> Acesso em: 23 jan. 2021.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; AREND, Marcelo; GUERRERO, Glaison Augusto. Growth, Distribution, and Crisis The Workers' Party Administrations. **Latin American Perspectives**, [s./l.], vol. XX, n. XXX, pp. 1-18, 2019.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA). **Parlamentares querem reavaliação das normas que regem Acordo do Mercosul**. 10 nov. 2017. Disponível em: <<https://>

agencia.fpagropecuaria.org.br/2017/11/10/parlamentares-da-fpa-apresentam-decreto-legislativo-para-alterar-relacoes-comerciais-do-mercosul/> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Comissão de Finanças e Tributação vai discutir reestruturação do Mercosul.** 16 abr. 2019 (a). Disponível em: <<https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2019/04/16/comissao-de-financas-e-tributacao-vai-discutir-reestruturacao-do-mercosul/>> Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Audiência conjunta de comissões da Câmara debate reestruturação do Mercosul.** 11 jul. 2019(b). Disponível em: <<https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2019/07/10/audiencia-conjunta-de-comissoes-da-camara-debate-reestruturacao-do-mercosul/>> Acesso em: 23 jan. 2021.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro.** 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>> Acesso em 23 jan. 2021.

GRANATO, Leonardo. **Brasil, Argentina e os rumos da integração:** o Mercosul e a Unasul. Curitiba: Appris, 2015.

GRANATO, Leonardo. Mercosur, inserción subalterna y burguesías interiores de Argentina y Brasil. **Izquierdas**, Santiago, [s./v.], n. 49, pp. 797-809, 2020.

GRANATO, Leonardo; BATISTA, Ian Rebouças. Intereses en pugna en el estado brasileño en torno de la política de integración para el Mercosur (2003-2010). **Relaciones Internacionales**, Madrid, [s./v.], n. 38, pp. 41-57, 2018.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do 'Agronegócio' no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 25, n. 74, pp. 159-196, 2010.

KATZ, Claudio. **El rediseño de América Latina:**

ALCA, MERCOSUR y ALBA. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2006.

MARTUSCELLI, Danilo E. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Crítica Marxista**, São Paulo, [s./v.], n. 47, pp. 55-74, 2018.

MEIRELLES, Fábio de S. O agronegócio na atual política. **CNA.** [2016]. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/artigos/o-agroneg%C3%B3cio-na-atual-pol%C3%ADtica>> Acesso em: 23 jan. 2021.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). **Programa de Governo Aécio Neves.** 2014. Disponível em: <http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_plano_de_governo_aecio_neves-atualizado.pdf> Acesso em 23 jan. 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Programa de Governo Dilma Rousseff.** 2014. Disponível em: <<https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>> Acesso em 23 jan 2021.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL). **Proposta de Plano de Governo Jair Bolsonaro.** 2018. Disponível em: <https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf> Acesso em 23 jan. 2021.

PEDROZO, José Z. Desafios do Comércio Exterior. **CNA.** [2018a]. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/artigos/desafios-do-comercio-exterior>> Acesso em 23 jan. 2021.

_____. Timidez diplomática e negociações comerciais. **CNA.** [2018b]. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/artigos/timidez-diplomatica-e-negociacoes-comerciais>> Acesso em: 23 jan. 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2019.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no**

capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras:** Portugal, Espanha e Grécia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SANDE, Camila N. Um olhar da agricultura - o setor privado brasileiro e a integração regional. **CNA.** [2017] Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/artigos/um-olhar-da-agricultura-o-setor-privado-brasileiro-e-a-integra%C3%A7%C3%A3o-regional>> Acesso em: 23 jan. 2021.

SARTI, Ingrid. Desafios à Esquerda. Notas sobre a Integração em tempos de crise. In: SIERRA, G. (Org.). **Los progresismos en la encrucijada:** Argentina, Bolívia, Brasil, Uruguay, Venezuela. Montevideo: Udelar, pp. 99-110, 2017.

SOUZA, Angelita Matos. **Dependência e governos do PT.** Trabalho apresentado para obtenção do Título de Livre Docência em História Econômica do Brasil. Rio Claro, SP: Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP, 2019.

VISENTINI, Paulo G. F. O declínio da 'onda rosa' latino-americana. **Zero Hora,** Porto Alegre, 12 dez. 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/12/paulo-fagundes-visentini-o-declinio-da-onda-rosa-latino-americana-4928654.html>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ANEXOS

Quadro 1: Síntese do modelo analítico utilizado na pesquisa

MATERIAL TEXTUAL	CATEGORIAS		UNIDADE DE REGISTRO
	LUGAR DO MERCOSUL NA PEB*	MODELO DE IR** A SER ADOTADO	
Documento consultado.	Nível de centralidade do Mercosul.	Opção pelo regionalismo aberto ou modelo integracionista multidimensional.	Grupos de elementos que compõem as categorias.

Fonte: Elaboração própria.

*Política Externa Brasileira / ** Integração Regional

Quadro 2: Síntese dos interesses da burguesia agrária brasileira em relação ao Mercosul (2016-2020)

SEGMENTO / MATERIAL TEXTUAL	CATEGORIAS		UNIDADE DE REGISTRO	
	LUGAR DO MERCOSUL NA PEB*	MODELO DE IR** A SER ADOTADO		
<i>Período pré-impeachment</i>				
CNA	CNA 2014: Carta Aberta aos presidencialistas	relativa centralidade: deveria ser preterido por acordos bilaterais, mas era ressaltada sua relevância.	regionalismo aberto	(-) empecilho/entrase; divergências entre membros que dificultam negociações; acordos pouco ambiciosos; preferência a acordos bilaterais. (+) necessárias reformulações (orientadas ao regionalismo aberto); seria por meio do bloco a entrada aos mega acordos mundiais.
Abag	Informativos 2013: Desafios do Agro e oportunidades; "Desafio 2050"; Plano aos Presidencialistas 2014	não central: preterido por acordos bilaterais; Mercosul não é citado.	regionalismo aberto	(-) Brasil como grande exportador mundial, desafio de alimentar o planeta; "marca Brasil nas exportações"; "novos espaços para os produtos brasileiros"; mais acordos bilaterais; apontamentos às limitações da política comercial e externa governista.

Fonte: Elaboração própria.

Período Temer				
CNA	CNA 2016 - alta cúpula junto ao MRE – “Prioridades da Agenda Internacional”	não central: preterido por acordos bilaterais.	regionalismo aberto	(-) empecilho/entreve; necessárias reformulações na PEB via atuação mais descentralizada.
	CNA 2016/2017 (portal): presidente CNA			(-) perda de espaço no comércio; parceiros inadequados; necessária guinada de direção na PEB.
	CNA 2017 (portal) - assessora negociações internacionais	maior atenção à atuação via bloco, desde que a mudança na sua orientação que começava a ser percebida fosse solidificada.		(-) tratativas intra-bloco distantes do agro (países são concorrentes); isolamento da rede global de acordos comerciais; necessária inserção do país no comércio global de forma mais estratégica; mudanças nos paradigmas políticos como oportunidade.
	CNA 2018 (portal) - representante CNA	centralidade, desde que fortalecido; pouco ou nada se fala em acordos bilaterais.		(-) bloco nunca evoluiu para se tornar mercado comum; (+) potencial em integração com parceiros externos (até mesmo da América Latina)
	CNA 2018: O Futuro é Agro	centralidade: prioridade nos acordos internacionais, ainda que concorrendo com os bilaterais		(+) necessária nova dinâmica; robustecer Mercosul nos moldes da UE (pela primeira vez, explicitada preferência na atuação via bloco).
Abag	Informativo 2016	não central (preterido por acordos bilaterais)	regionalismo aberto	(-) país amarrado totalmente às propostas e restrições do Mercosul; necessidade de expandir número de acordos bilaterais.
	Informativo 2017	passa a ganhar maior centralidade (relevância da integração com países do Cone Sul)	regionalismo aberto	(+) integração como estratégica para alimentação global, ou para abertura dos mercados globais.
	Informativos 2018		regionalismo aberto	(+) visita do GPS à OMC; relevância em não se isolar no cenário mundial

Período Bolsonaro				
CNA	CNA - Balanço agro 2020 e perspectivas para 2021	centralidade; nada mais se fala sobre empecilhos aos interesses.	regionalismo aberto	(+) oportunidade; plataforma para novos mercados; iniciativas criadas com base nos acordos conquistados pelo bloco.
Abag	Informativos e Relatórios de Atividades 2019-2020	centralidade	regionalismo aberto	(+) finalmente saudada pela associação a nova orientação do governo para o Mercosul, sendo celebrado o acordo com a UE. Junto, vem a questão ambiental.
	<i>Position Paper</i> (2020)			(+) maior ênfase à demanda de inserção externa via acordos multilaterais (embora não se tenha citado o Mercosul expressamente).
Aprosoja	Aprosoja Brasil – 2019	centralidade	protecionismo (não sendo possível falar em política autonomista)	(+) demanda por políticas que aumentem a relação dos produtores rurais com outros de países vizinhos, entendidos como privilegiados.
	Proposta de TEC Zero - 2020	centralidade	Aprosoja e produtores rurais: protecionista	Termo “estratégico” em disputa I. necessário protecionismo (“desequilíbrio do mercado”)
			Agroindústria: regionalismo aberto	II. abertura do mercado (“equilíbrio da oferta por meio do livre comércio”)
FPA	Reavaliação das normas do Mercosul no Legislativo (2017 - até o presente)	centralidade (não é discutida saída do bloco, propõe-se revisão)	protecionismo (não sendo possível falar em política autonomista)	(-) competições regionais; “barreiras políticas”; “acordo não vantajoso aos agricultores”; entrada “descontrolada” de produtos no Brasil.

*Política Externa Brasileira/**Integração Regional